

LIMITES E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

Silvio Luiz Lofego¹

Resumo: Este artigo pretende apontar caminhos para um projeto de pesquisa que deverá se constituir em um estudo sobre a historiografia produzida em cidades afastadas dos grandes centros urbanos e acadêmicos, bem como as possibilidades existentes para realização da pesquisa histórica. Também, avaliar-se-ão as possibilidades de pesquisa histórica em cidades de pequeno e médio porte, tendo em vista as disponibilidades de fontes e a situação em que se encontra a memória local.

Palavras-chave: História Local, Memória, Direito ao Passado.

A partir da minha experiência profissional na cidade de Jales, na qual ocupo a função de coordenador do Curso de História, proponho estudar as diversas formas que se disponibilizam para pesquisa histórica nessa cidade e, posteriormente, em outras localidades, avaliando o que e em que condições a História tem sido produzida. Essa preocupação desencadeou na luta para se criar em Jales um arquivo público e histórico municipal, tendo em vista que a ausência de uma política efetiva do poder público, para os mesmos, é o desafio para o trabalho do historiador.

Ao apontar a cidade de Jales para exemplificar a execução pretendida desse projeto, mostra-se a necessidade de se refletir sobre a construção de uma história que respeite as especificidades regionais, cujos problemas para sua realização se encontram na dificuldade de lidar com as fontes.

Num primeiro contato, observa-se que, até o momento, a fonte oral se constitui, praticamente, na possibilidade mais viável para realização de pesquisas, uma vez que não existe uma política que cuide da documentação, seja ela textual ou audiovisual. Além disso, a cidade não conta com nenhum centro de memória. Todo acervo de fotografias e outros registros iconográficos só podem ser encontrados em álbuns de famílias ou de colecionadores.

¹ Doutor pela PUC-SP, Coordenador do Curso de História da UNIJALES.

Este projeto, embora tenha por objetivo abordar a produção histórica dentro da perspectiva da chamada História Regional e Local, não pretende, em princípio, inserir-se dentro da discussão, seja ela teórico-metodológica,² conceitual ou reivindicatória do reconhecimento acadêmico, como tem sido a marca de muitos debates em torno desse tipo de produção historiográfica. Entretanto, esse debate poderá ser proveitoso à medida que se mostrar relevante em nossas reflexões. Particularmente, em certo sentido, concordo com a afirmação de Peter Burke, quando diz que *vale a pena escrever a história do mundo, a história das nações, dos continentes, das regiões e sub-regiões, cidades, vilas, e até a história de pessoas*³.

Por outro lado, não se pode perder de vista ser essencial tal discussão, como revitalizadora das reflexões acerca das contribuições proporcionadas pela pesquisa histórica, dentro de um cenário mais amplo. Se existem preconceitos quanto a um determinado tipo de produção historiográfica, por não se inserirem dentro do universo da história “generalizante”, conforme afirma Agnaldo de Sousa Barbosa, em artigo publicado pela revista História & Perspectiva da UFU, ele deve ser combatido. E, nesse sentido, Barbosa parece discordar da posição de Burke, quando este afirma que o modo adequado de fazer História Regional é através de uma *interação entre o local e o global*⁴. Por sua vez, para Sousa Barbosa, *à História Local e Regional importa a apreensão do “tempo dos lugares”, o tempo realmente vivido por cada localidade, composto por um amálgama de experiências distintas dos pólos hegemônicos num mesmo momento histórico. Ainda, segundo esse autor, é fundamental ao historiador que queira investigar o local e o regional que ele tenha em mente essa distinção de tempos históricos, sob pena de tentar buscar no território particular que analisa explicações para determinados processos históricos que não lhe disseram respeito ou, de igual forma equivocado, pelo menos não no momento histórico buscado*⁵.

Cabe considerar, também, que este projeto centra sua preocupação nas condições atuais para produção de história em pequenas e médias localidades do interior de São Paulo. A preocupação com as condições para o desenvolvimento de pesquisa, tanto para os estudantes de História quanto para a realização de pesquisas de Pós-graduação, é parte de minha recente experiência profissional.

² Ver: RODRIGUES. Jane de Fátima Silva. “História Regional e Local: problemas teóricos e práticos”. In: *Revista História & Perspectiva*. Uberlândia: UFU/COCHI, 1997, pp. 149-164. n° 16/17.

³ ENTREVISTA com Peter Burke. In: *Revista Pós-História*. Assis-SP, Unesp, 1995, p.19, vol.3.

⁴ Op. Cit. p.20

⁵ BARBOSA, Agnaldo de Sousa. “A propósito de um estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões”. In: *Revista História & Perspectiva*. Uberlândia: UFU/COCHI, 1999, p. 120. n° 20/21.

Em experiência anterior, como pesquisador, seja no mestrado ou no doutorado, não havia, ainda, colocado-me em situações limites e delicadas para execução do trabalho de pesquisa⁶. É importante esclarecer, portanto, que foi a condição de professor e coordenador de uma faculdade distante dos grandes centros urbanos que me mostrou as limitações e os desafios para aqueles que desejam realizar tal atividade.

A convivência na própria Coordenadoria do Curso de História da UNIJALES com exemplos de tais limitações, como é o caso dos professores Sedeval Nardoque (mestre em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente) e a professora Elida Maria Barison da Silva (mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia), foi instigante para as questões aqui apresentadas. O professor Nardoque realizou pesquisa sobre a ocupação das terras em Jales, já a professora Elida M. B. da Silva pesquisa as crianças que trabalham, enquanto sujeitos históricos. Esses exemplos servem de norte para refletirmos sobre os caminhos possíveis a serem trilhados na realização de uma pesquisa acadêmica, especificamente, numa cidade de tamanho médio, em torno de 50 mil habitantes – embora o número populacional não seja nenhum condicionante para a implantação de políticas de preservação da memória local. Em ambos pesquisadores, as queixas com a falta de documentação de ordem pública são coincidentes. Projetos, registros, plantas, desenhos urbanos, processos em geral estão amontoados em espaços que, praticamente, inviabilizam o levantamento adequado e necessário.

Neste sentido, reiterando a questão, é desse lugar que coloco a proposta de trabalho neste projeto; como indicativo da necessidade urgente de se avaliar as condições que o poder público de pequenas e médias cidades oferece para realização de pesquisas, sem as quais torna-se, praticamente, infrutífera a luta por um estatuto da História Local, conforme reivindica Agnaldo de Sousa Barbosa⁷. Outro ponto relevante é a existência de uma demanda social pelo conhecimento, tanto por parte da comunidade, quanto pelos estudantes interessados em aprender a lidar com a documentação histórica de sua localidade. Todos os anos, um jornal local lança alguns fascículos intitulados “Projeto Memória”, mas essencialmente realizado a partir da contribuição de acervos particulares, com matérias de cunho jornalístico⁸.

⁶ Minha pesquisa de Mestrado foi realizada na Unesp/Assis e no IEB/USP, que possui todo acervo documental de Ernani Silva Bruno. O Doutorado centralizou-se praticamente em dois órgãos, no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e no Arquivo do Estado de São Paulo, além do Museu Paulista/USP, Centro de Apoio à Pesquisa (Unesp/Assis), IHGSP e PUC/SP.

⁷ Op. Cit.

⁸ O Projeto Memória é uma publicação do Jornal de Jales e já está no nº 87. Sua publicação era mensal, mas por ter se tornado muito repetitivo, não consegue mais ser atrativo como no início, em que despertava

Existência Histórica e o Direito à Memória Local: algumas reflexões

É estranho você fazer parte de um lugar e este não possuir “valor histórico”, mas não porque, talvez, ele não exista, mas porque lhe ocultaram esse valor e, ocultando esse valor, sufocam o sentimento de existência histórica.

As discussões, acerca da **História e da Memória local** têm, particularmente, um sentido muito especial. Não apenas pelo que representa, para mim, enquanto historiador, a luta que, hoje, estou encampando ao lado de colegas do Curso de História pela implantação de arquivos públicos municipais, bem como pela valorização da memória local. Mas, antes de qualquer coisa, por esse tema remeter-se à minha memória, à minha história de vida, a um sentimento que me fez ir à busca de sentido, um sentido que somente o estudo da história, acredito, ser capaz de produzir.

Portanto, o lugar de origem e a memória suscitam, despertam, clamam por questões que dão sentido à minha história. A cidade onde nascemos, por menor que seja, terá sempre um elo com nosso devir de historicidade. Minha cidade natal, uma pequena comunidade de 8 mil habitantes, próxima a Jales, chama-se Sud Mennucci. É justamente esse nome “estranho”⁹, a razão dos meus primeiros questionamentos sobre a memória local e a importância de uma história local.

O nome da cidade, enquanto fragmento da memória local, sempre provocou muita polêmica, instigando, por muito tempo, discussões apaixonadas por parte de seus moradores. Não dava para conceber essa questão como bobagem ou algo de valor menor, pois havia, aí, uma escolha e era, justamente, essa escolha que incomodava. Afinal, era de quem e para quem?

Num sentido proustiano, nas lembranças de minha infância, todas as pessoas chamavam a cidade de Pioneiros....Sempre de Pioneiros... Sem saber quem teria dado esse nome ao lugar (comentava-se que era o dono das terras, mas não era), nem como tal nome se fixou no imaginário dos moradores, ouvia-se, entre a população frases como: “pioneiros não cresce”... “pioneiros tá ficando grande”... “Fulano vai mudar pra pioneiros”.

grande interesse do público. Atualmente ocorrem publicações esporádicas, em especial nas datas comemorativas.

⁹ Pelo menos para seus moradores e para muitas pessoas de fora também, pois toda vez que eu falava de onde era, em outras localidades, logo me perguntavam: Sul de onde??? Outras faziam as brincadeiras de sempre...fica no Brasil? É de comer? E por aí afora...

Foi na escola que me ensinaram que a cidade tinha outro nome. Em princípio, era como se a cidade tivesse dois nomes: um para seus habitantes (como se fosse um apelido) e outro que o professor ensinava e que, também, aparecia escrito em vários lugares. Trata-se, entretanto, de uma época e lugar em que pouca gente sabia ler. Daí a facilidade com que se manipulavam as informações. O argumento das autoridades locais para a mudança do nome foi a sua emancipação política, em 1959, porque já existia, segundo tal argumento, outro município no Estado de São Paulo com mesmo nome. Na realidade, o lugar nunca teve tal denominação enquanto Distrito de Paz, nunca se chamou “Pioneiros”. O Distrito de Sud Mennucci foi registrado e passou a existir para o governo do Estado em 1948. Mas ninguém, por muito tempo, soube. A população não fazia idéia de quem ou o que seria Sud Mennucci, por 11 anos. As pessoas, simplesmente, não sabiam o nome do lugar onde moravam.

Na memória dos que se envolveram no desbravamento e na construção do vilarejo, a cidade que ali se ergueu sempre se chamou Pioneiros, talvez a expressão de uma identidade coletiva, pois se sentiam na qualidade de pioneiros. Em grande parte das histórias de cidades que se escreve, tanto em livros como em jornais locais, a idéia de pioneiros é muito recorrente no sentido de expressar a chegada dos primeiros desbravadores, dos fundadores, reforçando o mito de origem, gerando, muitas vezes, calorosas disputas pela paternidade do lugar.

Em especial, no caso de Sud Mennucci, o lamentável foi observar que a desculpa dada sobre o nome do lugar, com propósito de evitar questionamentos sobre o que já tinha sido acertado no gabinete do governo estadual, foi bem sucedida. Atualmente, o assunto já não gera polêmica, as novas gerações mal sabem que seus antepassados davam outro nome para o lugar onde vivem.

A facilidade com que se manipulou a memória em minha cidade natal sempre me acompanhou. Acredito que isso revela mais que um simples episódio. Indica, antes de tudo, uma prática que consegue impor a crença no discurso oficial sem direito a questionamentos.

No estudo que realizei sobre a obra **História e Tradições da Cidade de São Paulo**, de Ernani Silva Bruno, evidenciou-se, pelo menos em parte, como se constrói uma história, como se juntam fragmentos do longo tempo e se costura uma inteligibilidade desejável, excluindo o não desejável¹⁰. Na pesquisa que fiz sobre as

¹⁰ LOFEGO, Silvio Luiz. *Memória de Uma Metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

comemorações sobre o IV Centenário, também, revela-se o esforço em envolver o interior de São Paulo, incluindo as demais regiões brasileiras, como extensão da capital de São Paulo. A construção da identidade bandeirante forjou uma espécie de sentido complementar para as demais cidades, hierarquizando a importância histórica, desconsiderando as particulares de cada lugar¹¹.

Neste sentido, no percurso de pesquisador, sempre me incomodou perceber como a história se faz com vozes e silêncios; em que a ausência, às vezes, importa tanto quanto a presença. Como ilustra o poema de Bertold Brecht:

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os levantou?*

Cabe perguntar, nesse caso tomando as indagações que Brechet sugere: o que são as Placas, as inscrições, os nomes das ruas, dos ginásios, das pontes, dos viadutos, dos auditórios e, até mesmo, das cidades? Enfim, o que significam tais registros? Por que tais e não outros são os nomes cravados em tantos monumentos?

O que eles significam? Significam uma conquista. A conquista do direito à lembrança, do direito à memória, são os vencedores. Esses vencedores, entretanto, parece que não tiveram a preocupação em, pelo menos, preservar a memória dos vencidos.

E, por isso, que não é mais possível ficarmos indagando se o Brasil é ou não um país que tem memória, como nos acostumamos. Quantas vezes não ouvimos falar que o povo brasileiro é um povo sem memória? A questão não é essa. Memória o brasileiro tem, o problema é a forma como ela vem sendo tratada. Ou melhor, mal-tratada. Mas o que estamos fazendo para corrigir isso? Esta é a grande questão. Que papel os cursos de História têm desempenhado? Que ações são possíveis para afastarmos esse incômodo?

¹¹ Ver: LOFEGO, S. L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: a construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. (Tese de Doutorado) São Paulo: PUC-SP, 2002. Em especial o capítulo 03 “propaganda e memória no IV Centenário”.

A memória, na sua forma mais diversificada, mais plural, é o fundamento de qualquer sociedade que busca um futuro melhor, mais justo e equilibrado. É a reflexão sobre as ações humanas que possibilita a revisão e reorganização do meio social.

Assim, olhando para as experiências passadas e dialogando com tais experiências podemos traçar novos rumos. É nesse sentido que a memória se torna fundamental, essencial, numa comunidade; pois, se a falta de memória se mistura à falta de capacidade administrativa, como definir projetos sem conhecer o desenvolvimento temporal do seu meio? *A complexidade das ações governamentais, a crescente produção de documentos nos mais variados suportes e o avanço das tecnologias da informação apontam para uma necessidade urgente de políticas públicas em âmbito municipal voltadas para a gestão de documentos, requisitos para a racionalidade, eficiência e transparência administrativa*, alerta o Dr. Fausto Couto Sobrinho, diretor técnico do Arquivo do Estado.¹²

A falta de uma memória no sentido amplo, complexo e irrestrito acarreta na falta de referenciais para um sentido mais coletivo de futuro. Falta de memória, dessa forma, traduz-se, também, em falta de respeito ao cidadão, em sentido pleno. Cidadania só se constrói com direito à memória. Considerando-se que tanto o bóia-fria quanto o industrial constroem a sociedade, nesse caso, não é possível hierarquizar a importância.

Creio que não é exagero afirmarmos que, dentre as grandes distorções e injustiças sociais vividas em nosso país, o desrespeito à memória figura entre as principais. Ora marginalizadas ao longo da história, as classes menos favorecidas, economicamente, foram excluídas dos monumentos (seja nome de ruas, pontes, viadutos, plenários) e das escritas enquanto sujeitos da construção das riquezas em seus municípios (as histórias de cidades, normalmente, reservam um lugar muito discreto, isso quando reservam à gente mais pobre, omitem lutas, experiências e exaltam quem tem poder econômico).

Nesse caso, a produção intelectual tem um grande desafio, descentralizar os estudos. Precisamos estudar e oferecer condições para que a memória social seja respeitada.

No entanto, conhecer o processo histórico local tem sido extremamente complicado (em muitos casos, completamente, impossível), pelas queixas de nossos colegas historiadores. Cidades como Jales e Sud Mennucci, não são exceções. A falta de

¹² MACHADO, Helena Correa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Como Implantar Arquivos Públicos Municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.

uma política de preservação, de conservação e de valorização da memória regional compromete a possibilidade de pesquisas. Criam barreiras para o desenvolvimento de trabalhos que possam corrigir tais distorções.

Mas como mudar isso? Como dar a oportunidade de acesso às informações e aos documentos? Como tornar possível que qualquer cidadão comum exerça o direito de estudar e refletir ou, até mesmo, reinterpretar sua trajetória no tempo?

As famílias que possuem tradição política e econômica dispõem de acervos próprios e, quando querem enaltecer seu passado, contratam especialistas. Os resultados são biografias com ênfase heróicas destacando a bravura, a coragem, quase sempre, de um único homem.

O problema se agrava quando essas obras, às vezes financiadas por fazendeiros, industriais, prefeitos, tornam-se as únicas fontes sobre a história local. E, dessa forma, muitas experiências e práticas sociais são silenciadas, fundamentalmente, por não contarem com arquivos adequados que possibilitem o acesso a qualquer interessado em fazer questionamentos sobre a história de sua coletividade. O poder público, normalmente, não oferece as condições para que qualquer um de nós possa pesquisar sobre o nosso passado. Parece até que quem não enriquece a história esquece.

Ainda sobre esse assunto, cabe aqui, também, apresentar o que pensa a Historiadora Maria Célia Paoli, em seu artigo “Memória, História e Cidadania: O direito ao passado”. O discurso em torno da preservação e conservação do patrimônio não é novo. Ora, mas o que se fala de Patrimônio ou de preservação do passado? Nesse caso, a autora faz um alerta à dimensão reducionista que está embutida nessa idéia, quando se pensa em Patrimônio como uma entidade abstrata do passado.

Paoli defende a idéia de que patrimônio histórico deveria evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade. A historiadora Ieda Pimenta Bernardes brinca, dizendo que temos de transformar os chamados “*arquivos mortos*” das prefeituras em *arquivos vivos*, pois nestes está escondida muita experiência e que pode revelar muito da história dos nossos municípios¹³.

De acordo, ainda, com Paoli, a atitude externa que, habitualmente, se tem com o passado, mostra o quanto a sua preservação é dissociada da sua significação coletiva, e

¹³ Entrevista especial ao Jornal A Tribuna de Jales, em 13/10/2002.

o quanto está longe de expressar as experiências sociais. A historiadora argumenta, também, sobre esse aspecto, que uma sociedade onde se pensa que tudo pode ser destruído ou conservado, tem uma noção de história completamente abstrata e, nesse sentido, não se constitui numa forma de conhecimento, não é um chão de enraizamento, não se produz como referência com a qual se possa refletir sobre a experiência social.

A saída para a questão, de acordo com Paoli, seria fazer com que as experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica, constituindo uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas.

Por essa razão, mais do que nunca, faz-se urgente o desejo de se construir uma sociedade mais justa, a necessidade de cada município preocupar-se, de fato, em cuidar dos direitos dos cidadãos em relação ao seu passado. Como falar em cidadania sem valorizar e respeitar as experiências de vida de toda coletividade, muitas vezes, sufocadas e oprimidas pelo poder econômico.

A memória local que se tem, na grande maioria dos municípios, são permanências seletivas, muitas vezes reinventadas para dar conta do processo que fundamenta e justifica as imposições do processo que o poder local quer naturalizar. A ausência de arquivos e outras medidas de preservação da memória social funciona como um silenciador.

Forjam-se uma memória e uma história social que sejam comuns – constrói-se um discurso harmonizador para eliminar as diferenças: chefes locais sempre destacam sua luta, como uma luta comum, usam sempre a expressão “meu povo”, fazem das relações de compadrio um mecanismo eficiente de dominação e, através da manipulação da memória, conseguem se perpetuarem no poder. Dessa forma, sem memória social, o poder das elites locais é naturalizado.

Buscar meios para revistarmos os caminhos que produziram a memória que temos hoje, como deve ser a missão dos cursos de História espalhados pelo Brasil afora, talvez seja a possibilidade de se ampliar o direito ao passado e, dessa maneira, devolver a voz silenciada pelo desejo de grandeza de alguns grupos. Quem sabe, assim, se possa construir um passado, não com a pretensão de ser heróico, grandioso, mas apenas que garanta um futuro em que todos tenham passado, seja ele grandioso ou não.

Apontar as atuais condições para produção histórica regional e local, tendo em vista a situação em que se encontra a preservação da memória, conforme já estamos

realizando em Jales, é um passo importante para a História ocupar um lugar mais significativo dentro da sociedade e, desse modo, possibilitar que seu sentido local possa se encontrar com o sentido mais global.

Afinal, a História começa a ser ensinada na escola, enfocando tempos e lugares, muitas vezes, distantes e inatingíveis para o imaginário local. A valorização da produção histórica local, aliada à demanda social é um passo importante para despertar o interesse social pelo conhecimento histórico, que, hoje, agoniza com uma carga horária pífia no ensino fundamental e médio. Estimular a produção de trabalhos em História é a possibilidade de despertar o interesse de mais pessoas para a reflexão histórica, que, por sua vez, pode ampliar o mercado de trabalho dos futuros historiadores e professores de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. S. “A propósito de um estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões”. In: *Revista História & Perspectiva*. Uberlândia: UFU/COCHI, 1999. n.º 20/21.

FERRO, M.. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LOFEGO, S. L. *Memória de Uma Metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

_____, S. L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

MACHADO, H. C.; CAMARGO, A. M. de A. *Como Implantar Arquivos Públicos Municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.

Revista Pós-História. Assis-SP, Unesp, 1994. vol.2.

Revista Pós-História. Assis-SP, Unesp, 1995. vol.3.

RODRIGUES. J. F. S. “História Regional e Local: problemas teóricos e práticos”. In: *Revista História & Perspectiva*. Uberlândia: UFU/COCHI, 1997, pp. 149-164. n.º 16/17.

SILVA, M. A. *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____, M. A. “A Cidade e Seus Patrimônios”. In: *Projeto História* 13. São Paulo: Educ, 1996.

Prof. Silvio Luiz Lofego
e-mail: silvio@fajales.com.br
UNIJALES – Centro Universitário de Jales – Unidade Central
Fone (17) 3622-1620
Av. Francisco Jalles, n.º 1.851
CEP: 15700-000
Jales - SP